



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 712/2021/SUPEL/ÔMEGA/RO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029.125449/2021-02/SEDUC.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material Permanente: Conjuntos Refeitório a fim de atender as demandas apresentadas pelas Unidades Educacionais e Coordenadorias Regionais de Educação da rede estadual de ensino vinculadas à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/RO.

RECORRENTE: DELTA PRODUTOS E SERVICOS LTDA (CNPJ 11.676.271/0001-88)

RECORRIDA: CAPELLI & CAPELLI LTDA (CNPJ 94.521.341/0001-56)

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro Substituto e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na Portaria N.º 048/GAB/SUPEL, publicada no DOE do dia 14 de abril de 2022, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO (0028148249)** interposto pela empresa **DELTA PRODUTOS E SERVICOS LTDA**, acima qualificada, passa a analisar e decidir, o que adiante segue.

I. DA ADMISSIBILIDADE

A Recorrente manifestou sua intenção de recurso para os **itens 01 e 03**, em momento oportuno, contra a classificação e habilitação da licitante Recorrida, alegando que:

“Apresentamos intenção visto que a empresa não atendeu ao edital, cotando material de especificação antiga, diferente do publicado. produto não atende. Decorreremos no recurso.”

Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 44 do Decreto Estadual nº 26.182/2021, o Pregoeiro Substituto recebe e conhece a intenção interposta, por **reunir as hipóteses legais, intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade**, sendo considerado **TEMPESTIVO e encaminhado POR MEIO ADEQUADO.**

II. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA INTENÇÃO DE RECURSO E SUAS RAZÕES

Considerando que a atividade do pregoeiro quanto à análise das intenções dos recursos manifestadas na sessão do pregão deve se restringir à verificação da existência dos pressupostos recursais, a saber, a sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, nos termos do art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002, bem como o Decreto Estadual nº 26.182/2021, art. 44, esta Pregoeira acolheu a manifestação da licitante **DELTA PRODUTOS E SERVICOS LTDA**, possibilitando a mesma a apresentação da peça recursal, eis que, no caso em tela, estão presentes os pressupostos recursais.

III. DAS RAZÕES RECURSAIS

“(…)

Ocorre que a SUPEL neste caso está correndo o sério risco de contratar com um fornecedor que ESTÁ ARROLADO NO PROCESSO DE PENALIDADE 01432/2020 SUPEL/RO – processo nº 0029.213702/2019-51, processo esse que foi finalizado com a punição das empresas do grupo Tok Plast pela prática de conluio, ficando impedidas de licitar com o Estado. CONFORME PROCESSO, FOI CONSTATADO QUE FAZ PARTE DO GRUPO TOK PLAST, AGINDO EM CONLUIO AS 3 EMPRESAS (CAPELLI, SOLUÇÃO E BELCHAIR), ASSIM CONTINUAM PRATICANDO O MESMO DELITO, UMA ENCOBRINDO A OUTRA, ENTRANDO NO CERTAME APENAS PARA AJUDAR AS EMPRESAS PENALIZADAS, IMPEDIDAS DE LICITAR COM O ESTADO DE RONDÔNIA.

COMO PODE, ACEITAÇÃO DE UMA EMPRESA QUE FOI ALVO DE INVESTIGAÇÃO, TENDO PARTICIPADO DO CONLUIO ONDE FORAM PENALIZADAS AS EMPRESAS E NO PRESENTE PROCESSO PRATICARAM O MESMO ATO.

AINDA,

Não cotou o material conforme o que estava sendo licitado, apresentou proposta de produto totalmente diferente do especificado.

Apresentou catálogo divergente da proposta.

Descumpriu o item 11.5.1 alínea j do edital “Certificado de garantia/declaração do fabricante.

Apresentou atestado de capacidade técnica divergente do produto especificado.

Ou seja, várias inconsistências em relação a esta empresa, que não podem ser admitidas, pois as exigências do edital devem ser cumpridas.

III- DO CATÁLOGO

Os produtos da licitante CAPELLI & CAPELLI LTDA, mesmo sendo pouco conhecidos no mercado, temos o conhecimento que os mesmos não atendem as características constantes nas especificações do edital, PROVA DISSO É QUE A LICITANTE ANEXOU UM CATÁLOGO TOTALMENTE MANIPULADO, COM DESCRITIVO DO PRODUTO TOTALMENTE DIFERENTE DE SUA PROPOSTA.

FICA ASSIM UMA CONTRATAÇÃO DIVERGENTE DA SOLICITAÇÃO EDITALÍCIA, POIS APRESENTOU PROPOSTA DE UM MATERIAL TOTALMENTE ADVERSO DO QUE ESTAVA SENDO LICITADO E ESSE AINDA DIFERENTE DO CATÁLOGO, OU SEJA, DOIS PRODUTOS DISTINTOS EM UMA SÓ PROPOSTA E NENHUM DE ACORDO COM O EDITAL. SOMENTE O FATO DE APRESENTAR O DESCRITIVO DE UM PRODUTO E O CATÁLOGO DE OUTRO, JÁ É SUFICIENTE PARA A DESCLASSIFICAÇÃO.

APRESENTOU CATÁLOGO COM IMAGEM DA MESA COMO SENDO UM TAMPO(ÚNICO). INTIMAMOS A MESMA A COMPROVAR A POSSIBILIDADE DE FABRICAR UM TAMPO ÚNICO SEM EMENDAS CONFORME IMAGEM APRESENTADA, MEDINDO 1800MM, 2400MM, POIS UMA VEZ QUE APRESENTOU O CATÁLOGO TERÁ QUE PROVAR CONFORME, O QUE NÃO POSSUI.

Sr. pregoeiro, o catálogo apresentado pela empresa CAPELLI, é nitidamente uma montagem, uma colagem de alguma imagem de outro site, isso é nítido, inclusive ao tentar pesquisar os produtos de sua marca fica impossível a verificação pois não existe nenhum site, FATO ESTE CONSTANTE NO DESPACHO DA SUPEL O QUAL REPRODUZIMOS ABAIXO.

[...]

ITENS 1-3 / Empresa CAPELLI & CAPELLI LTDA (0023782963):

A proposta apresentada pela licitante, tem como fabricante: TOK PLASTI METAL LTDA, marca: TOK, modelo/versão: CONJ/REF C4 para itens 1 e 2 e modelo/versão: CONJ/REF C8 para itens 5 e 6.

ITEM 1 - Conjunto Refeitório com 04 lugares, composto de mesa e cadeiras - Anexo II do Edital PE 712/2021 (0021968630).

Observamos que a descrição do objeto proposto nas fls. 03/04 não atende as especificações por serem anteriores as modificações editalícias definidas pela Errata SEDUC-GCOM (SEI nº 0019471739), de 22/07/2021, parte integrante do Edital PE 712/2021 - SRP CONJ REFEITÓRIO AMPLA COTA (SEI nº 0021968630):

" ITEM 01) Descrição do Objeto: CONJUNTO

Ademais, no catálogo apresentado às fls. 07, consta apenas uma imagem do objeto da licitação e, no corpo do prospecto, traz a transcrição fiel das características mínimas definida na Errata SEDUC-GCOM (SEI nº 0019471739), de 22/07/2021, parte integrante do Edital PE 712/2021 - SRP CONJ REFEITÓRIO AMPLA COTA (SEI nº 0021968630):

"Mesa com tampo confeccionado em resina abs, na cor azul.....

ITEM 3 - Conjunto Refeitório com 06 lugares, composto de mesa e cadeiras - Anexo II do Edital PE 712/2021 (0021968630)

Observamos que a descrição do objeto proposto nas fls. 04/05 não atende as especificações por serem anteriores as modificações editalícias definidas pela Errata SEDUC-GCOM (SEI nº 0019471739), de 22/07/2021, parte integrante do Edital PE 712/2021 - SRP CONJ REFEITÓRIO AMPLA COTA (SEI nº 0021968630):

"Item 03): Descrição do Objeto: CONJUNTO REFEITÓRIO COM TAMPO INJETADO ADULTO 6 LUGARES – MESA.....

Ademais, no catálogo apresentado às fls. 08, consta apenas uma imagem do objeto da licitação e, no corpo do prospecto, traz a transcrição fiel das características mínimas definida na Errata SEDUC-GCOM (SEI nº 0019471739), de 22/07/2021, parte integrante do Edital PE 712/2021 - SRP CONJ REFEITÓRIO AMPLA COTA (SEI nº 0021968630):

"Mesa com tampo confeccionado em resina abs, na cor azul (pantone color formula guide coated 287c) medindo 1800mmx800mmx760mm.....

Observamos que tentamos por diversas vezes acessar o site do fabricante para confirmar se o modelo ofertado atende ao exigido no edital, mas o acesso não estava disponível conforme demonstrado no Adendo TOKPLAST: Site em manutenção (0024178702), impossibilitando assim realizar a análise dos produtos ofertados.

Nessa perspectiva, esclarecemos que a apresentação de catálogos, folders ou prospectos do produto tem a intenção de facilitar a análise das especificações técnicas e verificar o atendimento ao exigido no instrumento convocatório”.

Ora Sr. Pregoeiro, o próprio relatório de análise feito pela SUPEL já afirmou que o catálogo da licitante CAPELLI & CAPELLI LTDA NÃO ATENDE e que se trata apenas de uma cópia do descritivo do termo QUE NÃO FEZ PARTE DESTA LICITAÇÃO, como também sua referência, então SUA CLASSIFICAÇÃO NO CERTAME NÃO PODE PROSPERAR.

IV- DO CERTIFICADO DE GARANTIA

De acordo com Edital da licitação em apreço de forma inconteste, estabelecido ficou que um dos documentos necessários para a apresentação e aceitação da proposta de preços, no item 11.5.1 alínea J vejamos:

[...]

j) Certificado de garantia/declaração do fabricante, de no mínimo 05 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação, excluindo os originados pelo mau uso ou desgaste natural das peças.

[...]

A CAPELLI cotou Marca Tok, do fabricante Toki Plasti, porém não apresentou certificado de garantia fornecido pela fabricante, 11.5.1 alínea J, já destacada acima, FATO ESSE PREPONDERANTE PARA SUA DESCLASSIFICAÇÃO.

O item 13.5 do edital é claro “As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

V - DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Outro ponto que podemos destacar que não foi cumprindo pela licitante CAPELLI diz respeito ao atestado de capacidade técnica, o edital reza o seguinte:

“13.8. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.8.1. Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar atestado de capacidade técnica, (declaração ou certidão) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível com o objeto da licitação, observandose para tanto o disposto na Orientação Técnica 01/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017”.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA INCOMPATÍVEL COM O EDITAL EM QUANTIDADE E CARACTERÍSTICAS.

Sr. Pregoeiro, os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa NÃO se referem ao objeto licitado, portanto, NÃO PODE SER ACEITO.

A CAPELLI não apresentou nenhum atestado compatível, NEM SIMILAR, não comprovou atendimento quanto ao fornecimento anterior, nunca forneceu, assim não deveria ter sido habilitada, uma vez que o edital é claro no item 13.8.1.

Os atestados apresentados pela empresa de fornecimento anterior, comprovam fielmente que o objeto licitado (conjuntos refeitórios) não é o ramo da empresa, demonstrando fielmente que participou do certame para ajudar as empresas que foram penalizadas e assim, não podiam concorrer, além de estarem cometendo um crime por fraudar a licitação por conluio.

O item 13.5 do edital é claro “As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

(..)”

IV. DAS CONTRARRAZÕES DA RECORRIDA

“(…)

1 – Do Processo de Penalização:

Argumenta o Recorrente que a Recorrida está “arrolada no processo e penalidade 01432/2020 SUPEL/RO, processo nº 0029.213702/2019-51, processo esse que foi finalizado com a punição das empresas do grupo Tok Plast pela prática de conluio, ficando impedidas de licitar com o Estado.”

Entretanto tal informação é INVERDÍDICA.

A Capelli NÃO participou de NENHUM PROCESSO que tenha como objetivo a penalização da empresa por conluio, seja neste estado de Rondônia ou em qualquer outro estado da federação.

Ademais, a empresa Capelli não participa de qualquer grupo, muito menos possui relação comercial com as citadas empresas Solução ou Belchair. Aliás, tal alegação é totalmente mentirosa, porque a Recorrida tem um histórico totalmente idôneo, sem ter recebido em toda a sua existência QUALQUER PENALIZAÇÃO de suspensão, idoneidade ou similar.

A Capelli tem com a Tok Plast unicamente relação comercial, revendendo seus produtos em licitações públicas.

Aliás, neste mesmo certame em debate duas empresas, a empresa Norte Office e a Delta Produtos e Serviços S/A cotaram produtos da fabricante Desk. Note, que são duas empresas cotando a mesma marca de produtos (Desk).

Pergunta: somente essa questão poderia ser utilizada para alegar conluio entre elas? Não;

Chamamos a atenção, que os sócios das empresas Delta e empresa Desk são os mesmos, e estão participando juntos, cotando a mesma marca e concorrendo com a Norte Office.

Portanto, tem-se que fabricante e licitante estão correndo juntas, na mesma licitação. A Recorrente alega a existência de conluio entre a Capelli e empresas terceiras, as quais são totalmente independentes, não possuindo qualquer afinidade de endereço (inclusive com cidades diferentes), sócios diferentes e toda a qualquer outra informação poderá ser chegada e confirmada.

A Capelli não compõe grupo ou afinidade com nenhuma outra empresa, sendo única e exclusivamente relação comercial com a fabricação Tok Plast.

(...)

Frise-se, porque a Recorrente Delta e a licitante Norte Office cotaram a mesma marca Desk. E mais grave ainda, a Recorrente Delta e a fabricante Desk possuem os mesmos sócios, de forma que indiscutivelmente a concorrente Delta teria acesso a proposta de preços e conhecimento dos valores praticados pela empresa Norte Office. Veja, Senhores, que a REAL SITUAÇÃO da empresa Delta é ainda mais grave do que os fatos que inveridicamente alega acerca da Recorrida Capelli.

Frise-se, ainda, que a Capelli também não possui contra si ou seus sócios NENHUMA demanda judicial que possa denegrir a sua imagem ou mesmo que possa ser utilizada como qualquer indício dos fatos alegações.

Importante ressaltar que a Recorrente fez graves alegações inverídicas, SEM QUALQUER COMPROVAÇÃO DOS FATOS QUE ALEGA, em nítido propósito de MÁ-FÉ.

(...)

Importante destacar, que o processo informado no recurso da empresa Delta, de nº 0029.213702/2019-51, NÃO SE TRATA DE UM PROCESSO DE PENALIDADE. Trata-se, pois, dos autos do processo de licitação PE 245.2019, realizado pela própria SUPEL/RO. Neste certame, NENHUMA EMPRESA foi penalizada.

A licitação seguiu seu curso restando ao final como vencedora a empresa Euroline, que revendia à época produtos da marca Tok Plast. Insatisfeita com o resultado do pregão, a empresa EDM, revendedora de produtos da marca Desk ingressou com mandado de segurança (autos do processo nº 0800382-73.2020.8.22.0000) contra o Sr. Secretário de Educação do Estado de Rondônia para suspender a entrega dos bens.

(...)

Vejam, Senhores, que todas as informações constantes no Recurso da Delta são mentirosas, começando, inclusive pela alegação da existência do processo 0029.213702/2019-51, o qual NÃO TEVE QUALQUER PENALIZAÇÃO EM SEU CURSO (muito menos envolvimento da Capelli, que sequer participou do certame).

(...)

2 – Do Catálogo:

Afirmou a empresa Recorrente “que possuem conhecimento que os produtos da Capelli não atendem as características constantes na especificação do edital”.

Objetivando validar a sua tese, a Recorrente afirmou que a Recorrida “anexou um catálogo totalmente manipulado, com descritivo do produto totalmente diferente de sua proposta.”

A Recorrente complementa, ainda, “a Capelli apresentou proposta de um material totalmente adverso do que estava sendo licitado e esse ainda diferente do catálogo, ou seja, dois produtos distintos e nenhum de acordo com o edital.”

No entendimento da Recorrente, o único ponto de divergência seria o catálogo com imagem da mesa de tampo único, entretanto sem razão. Demonstradas as irresignações da Recorrente, passaremos a contrapor seus argumentos, vejamos.

Acerca do tampo da mesa o edital exige (item 1):

“CONJUNTO REFEITÓRIO COM 04 LUGARES, COMPOSTO DE MESA E CADEIRAS: MESA COM TAMPO

CONFECCIONADO EM RESINA ABS, NA COR AZUL (PANTONE COLOR FORMULA GUIDE COATED 287C) MEDINDO 1200MMX800MMX760MM, BORDAS MEDINDO 30MM SEM EMENDAS, FIXADO (...)."

A empresa Capelli apresentou catálogo em total acordo com a especificação técnica do instrumento convocatório. Em nenhum momento da especificação técnica está sendo exigido tampo único, tampo sem emendas ou qualquer outra expressão que possa dar base aos argumentos do Recorrente.

(...)

O edital é claro e objetivo ao exigir que seja apresentado o tampo, com bordas sem emendas. Frise-se, a especificação técnica não menciona quantos tampos devem compor a mesa, mas sim, determina que independentemente da quantidade de tampos, as BORDAS SEJAM SEM EMENDAS. E claramente, o produto da Tok Plast atende na integralidade tal exigência.

O assunto em pauta sempre é motivo de discussão quando a empresa Requerente participa destes pregões para fornecimento de mobiliário escolar, entretanto, tal matéria já restou superada.

A mesma matéria já foi discutida em outra pregão aqui no estado de Rondônia, onde a marca Tok Plast estava representada por outra empresa. Na oportunidade, restou claro que a especificação técnica está correta, ao exigir que a BORDA DO TAMPO SEJA SEM EMENDAS e não um tampo único para composição da mesa.

(...)

O edital exige a borda do tampo com 30mm de espessura e sem emendas. Note que existe uma grande diferença entre o exigido pelo edital (bordas sem emendas) e o alegado pelo Recorrente (tampo único sem emendas).

O Recorrente tenta confundir os julgadores, utilizando termos que NÃO estão expressos no edital, na tentativa de receber favorecimento próprio, em prejuízo a Recorrida que apresentou preço mais competitivo no momento dos lances e encontra-se devidamente habilitada no processo licitatório.

Neste momento, vale lembrar do Pregão Eletrônico que a própria Recorrente trouxe à tona. O PE 245.2019 (processo administrativo nº 0029.213702/2019-51), também gerou debate acerca do tampo da mesa e da interpretação do edital.

Na oportunidade, a SEDUC se manifestou através da Senhora Pregoeira Maria do Carmo do Prado, matrícula 30013139, Pregoeira Ômega, em 31 de outubro de 2019, no pregão eletrônico nº 245/2019. Abaixo, trecho da decisão de julgamento do recurso interposto pelas empresas EDM e WPB contra a empresa Solução e empresa Euroline, (ambas empresas que cotaram produtos de marca Tok) vejamos:

"Das alegações da Recorrente WPB de que o Conjunto Refeitório da marca TOK PLAST não atende as exigências do Termo de Referência: "(...) Conjunto Refeitório com 10 lugares, composto de mesa e cadeiras, conforme descrições abaixo: "Mesa com tampo confeccionado em resina ABS, na cor amarelo (Pantone 109 C) medindo 2400mmx800mmx760mm, bordas medindo 30mm sem emendas, fixado a estrutura por meio de parafusos autoatarrachantes e invisíveis..." (...) A especificação é clara quando diz que o tampo é sem emendas, tal modelo não é fabricado pela TOK PLASTI MELTAL, neste caso, a regra de vinculação ao instrumento convocatório (...)"

(...)

3 – Do Certificado de Garantia:

Alega a empresa Recorrente que a Capelli não apresentou Certificado de Garantia previsto no item 11.5.1 do instrumento convocatório.

Entretanto, novamente sem razão.

Para confirmar a apresentação do Certificado de Garantia basta um simples print do sistema comprasnet, vejamos:

Note Senhores, que a Declaração de Garantia, EM TOTAL ATENDIMENTO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO é um documento que está disponível para consulta pública, podendo ser facilmente comprovado por vossas senhorias ou qualquer interessado.

Desta forma, novamente equivocadas as razões do Recorrente.

4 – Dos Atestados de Capacidade Técnica

Alega a empresa Recorrente que os Atestados de Capacidade Técnica apresentados pela Recorrida não possuem validade, por não serem de produtos IDÊNTICOS aos licitados no processo em debate.

Ora Senhores, tal conflito já restou superado eis que atualmente é notória a aceitação de bens SIMILARES ao licitados, dispensando a exigência de que os bens sejam idênticos.

A empresa Recorrida apresentou uma ampla gama de atestados de capacidade técnica, comprovando sua possibilidade REAL de fornecimento ao órgão licitador, bem como atestando sua capacidade logística na entrega.

Os atestados de capacidade técnica apresentados CUMPREM AS EXIGÊNCIAS do instrumento convocatórios e compravam a aptidão da empresa Recorrida.

Aliás, a Recorrida demonstrou sua capacidade no fornecimento de sofás, cadeiras giratórias, mesas, armários e etc, inclusive, no fornecimento de bens com maior complexidade aos licitados no instrumento convocatório, tornando clara sua capacidade de atendimento as necessidades do órgão licitador.

Lembrem-se, Senhores, que a demonstração da Capacidade Técnica tem o intuito de comprovar que a empresa já realizou fornecimentos SIMILARES, não necessariamente fornecimento IDENTICOS ao ora em debate.

Portanto, os documentos apresentados pela Recorrida comprovam de forma SUFICIENTE, sua capacidade técnica para fornecimento dos bens especificados na presente licitação, razão pelo qual, novamente, pugna-se pela improvidos dos pedidos da Recorrente.

5 – Do Processo Administrativo de Responsabilização:

Conforme acima exposto, a empresa Delta trouxe aos autos deste pregão eletrônico informações mentirosas, tão somente para prejudicar a licitante Capelli.

A atuação da Recorrente em nenhum momento visa alertar a comissão de licitação sobre qualquer irregularidade cometida neste processo, mas sim, tumultuar a licitação, retardando seu trâmite normal, bem como afastar do mercado empresas altamente competitivas que revendem produtos de fabricação nacional, TUDO ISSO, frise-se, por interesse próprio e beneficiamento financeiro de sua própria empresa.

É inadmissível que a Recorrente aponte mentiras e ainda tumultue o processo de licitação sem que recaia qualquer sanção sob seus ombros.

A empresa Capelli já está tomando as medidas cabíveis com o fim de suspender o ataque da empresa Delta/Desk com inverdades, entretanto acredita-se no poder/dever dessa administração pública, permitida pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

(...)"

V. DA ANÁLISE:

Não ASSISTE razão a Recorrente pelos motivos abaixo descritos:

No caso em apreço, destaca-se a irresignação da Recorrente em razão da classificação e habilitação, neste certame, da licitante ora Recorrida.

Na sua peça recursal, a recorrente inicia afirmando que a empresa CAPELLI & CAPELLI LTDA está arrolada “NO PROCESSO DE PENALIDADE 01432/2020 SUPEL/RO – processo nº 0029.213702/2019-

51, processo esse que foi finalizado com a punição das empresas do grupo Tok Plast pela prática de conluio, ficando impedidas de licitar com o Estado. CONFORME PROCESSO, FOI CONSTATADO QUE FAZ PARTE DO GRUPO TOK PLAST, AGINDO EM CONLUIO AS 3 EMPRESAS (CAPELLI, SOLUÇÃO E BELCHAIR), ASSIM CONTINUAM PRATICANDO O MESMO DELITO, UMA ENCOBRINDO A OUTRA, ENTRANDO NO CERTAME APENAS PARA AJUDAR AS EMPRESAS PENALIZADAS, IMPEDIDAS DE LICITAR COM O ESTADO DE RONDÔNIA.”

Ocorre que o processo administrativo citado na sua peça recursal se trata de procedimento licitatório para “Registro de Preços para futura e eventual aquisição de mobiliário escolar (conjunto refeitório)”, cujo Edital de licitação foi publicado sob o número 245/2019, com abertura da sessão ocorrida em do dia 17 de setembro de 2019 e Adjudicação em 09 de dezembro de 2019. Através da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 259/2019, fora registrado os objetos e valores conforme SEI ID (0030648638).

Nota-se que a recorrida, mencionada como arrolada no processo de penalidade NÃO participou do procedimento licitatório PE 245/2019.

Já o citado processo de penalidade 01432/2020, trata-se de processo oriundo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/ RO, acerca de *“Denúncia - Supostas irregularidades praticas por 06 (seis) empresas, durante a participação em licitações na modalidade pregão, nos âmbitos federal, estadual e municipal”*, onde a empresa Recorrida é citada na referida denúncia por comercializar produtos da Tok Plast Metal. Tal denúncia está em apuração.

Registro que conforme Edital, subitem 13.17, foi realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU, bem como ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, referente à recorrida, NÃO havendo impedimento para participar de procedimento licitatório, documento SEI ID 0027930272.

Alega a Recorrente que a empresa recorrida *“Não cotou o material conforme o que estava sendo licitado, apresentou proposta de produto totalmente diferente do especificado. Apresentou catálogo divergente da proposta.”*

Esclareço que no Edital publicado (SEI ID 0021968630) consta no subitem 3.3 do TR uma descrição dos objetos pretendidos, já a ERRATA Nº 01/2021 (folhas 52), anexa ao termo de referência, corrige as descrições dos objetos.

Quanto a referida matéria, esclareço que de fato a recorrida apresentou sua proposta física (cadastrada no Comprasnet – SEI ID 0023782963) em divergência com o descritivo solicitado no Termo de Referência – apresentou conforme descritivo do subitem 3.3 e não o da errata publicada juntamente com o termo, ou seja, tal proposta estava com o descritivo solicitado anteriormente à modificação efetuada pela SEDUC por meio da Errata SEDUC-GCOM (SEI nº 0019471739).

Porém, embora sua proposta estivesse com descritivo incorreto, o catálogo apresentado junto com a referida proposta, o descritivo apresentado estava correto, de acordo com as exigências do Edital.

Foi observando, conforme despacho de análise técnica da SEDUC SEI ID 0027524022 essa divergência “(...) não atende as especificações por serem anteriores as modificações editalícias definidas pela Errata SEDUC-GCOM (SEI nº 0019471739), de 22/07/2021, parte integrante do Edital PE 712/2021 - SRP CONJ REFEITÓRIO AMPLA COTA (SEI nº 0021968630)”, e ainda, “(...) no catálogo apresentado às fls. 07, consta apenas uma imagem do objeto da licitação e, no corpo do prospecto, traz a transcrição fiel das características mínimas definida na Errata SEDUC-GCOM (SEI nº 0019471739), de 22/07/2021, parte integrante do Edital PE 712/2021 - SRP CONJ REFEITÓRIO AMPLA COTA (SEI nº 0021968630)”

Assim, cumprindo o princípio da razoabilidade, conforme exposto na Ata da sessão SEI ID 0027970997, informamos que diligenciamos a fabricante TOKPLAST (SEI ID 0027610921) para apresentação de catálogo dos objetos ofertados pelas licitantes: CAPELLI & CAPELLI LTDA e SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, ambas ofertaram a referida marca. Tal diligência se fez necessária em virtude dos catálogos apresentados pela referidas licitantes estarem "apenas uma imagem do objeto da licitação e, no corpo do prospecto, traz a transcrição fiel das características mínimas", conforme parecer técnico da Seduc (SEI ID 0027524022).

Após juntada da diligência efetuada à Industria Tok Plast, solicitamos à Seduc manifestação quanto ao catálogo apresentado pela fabricante dos produtos ofertados objetivando facilitar a análise das especificações técnicas e verificar o atendimento ao exigido no Termo de Referência. Pois, apesar das descrições dos objetos contidos na proposta da licitante CAPELLI & CAPELLI LTDA (ora recorrida) estarem com especificações anteriores as modificações do termo de referência, definidas pela Errata, a referida empresa enviou juntamente com a proposta o folder contendo as especificações demandadas na errata, atentando ao modelo ofertado.

Quanto a afirmação “APRESENTOU CATÁLOGO COM IMAGEM DA MESA COMO SENDO UM TAMPO(ÚNICO). INTIMAMOS A MESMA A COMPROVAR A POSSIBILIDADE DE FABRICAR UM TAMPO ÚNICO SEM EMENDAS CONFORME IMAGEM APRESENTADA, MEDINDO 1800MM, 2400MM, POIS UMA VEZ QUE APRESENTOU O CATÁLOGO TERÁ QUE PROVAR CONFORME, O QUE NÃO POSSUI.”

Como exemplo, vejamos o que diz a especificação do item 01: “CONJUNTO REFEITÓRIO COM 04 LUGARES, COMPOSTO DE MESA E CADEIRAS: MESA COM TAMPO CONFECCIONADO EM RESINA ABS, NA COR AZUL (PANTONE COLOR FORMULA GUIDE COATED 287C) MEDINDO 1200MMX800MMX760MM, **BORDAS MEDINDO 30MM SEM EMENDAS**, FIXADO A ESTRUTURA POR MEIO DE PARAFUSOS AUTOATA (...)” (grifo nosso).

Esclareço que há um notável erro de interpretação do edital por conta do Recorrente. Enquanto no edital se lê: “*bordas medindo 30mm sem emendas*”, a Recorrente interpreta: “UM TAMPO ÚNICO SEM EMENDAS”.

Após minuciosa análise da proposta apresentada, catálogos, confirmação da indústria quanto a fabricação de acordo com a especificação do catálogo enviado da marca TOK PALST, constatou-se que a referida marca atende as demandas solicitadas na especificação constante no termo de Referência.

A proposta da licitante recorrida foi aceita, evitando impedir a ocorrência de danos ao erário, com valorização a economicidade e vantajosidade da proposta, evitando desclassificações de proposta usando de formalismo excessivo e injustificado.

Conforme despacho SEI ID 0027643997, a proposta da recorrida atendeu as exigências do Edital. A Recorrida enviou proposta adequando seu produto ofertado ao catálogo apresentado, com marca e modelo SEI ID 0027929099.

Quanto ao CERTIFICADO DE GARANTIA exigido no subitem 11.5.1 “j” do Edital:

“j) Certificado de garantia/declaração do fabricante, de no mínimo 05 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação, excluindo os originados pelo mau uso ou desgaste natural das peças.”

Na proposta de preços apresentada pela Recorrida (SEI ID 0027929099) consta a seguinte informação: *“Prazo de Garantia: 60 meses do termo de recebimento definitivo (conf. Edital), contra defeitos de fabricação e montagem, dada pelo fabricante.”* Nos seus documentos de habilitação, SEI ID 0023769526, página 01, consta declaração da indústria TOK PLAST confirmando tal prazo. Assim, restou comprovado a garantia do produto.

Quanto a alegação de que a recorrida não apresentou nenhum ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA compatível e nem similar com o objeto licitado, venho informar que o Edital rege:

“(…)

13.8.3. O (s) Atestado (s) emitido (s) por pessoa de direito privado deverá (rão) ter firma do emitente reconhecida em cartório competente; o (s) atestado (s) emitido (s) por pessoa de direito público deverá (rão) constar órgão, cargo e matrícula do emitente. O não reconhecimento de firma não ensejará a imediata inabilitação do licitante, cabendo a promoção de diligência para averiguar a veracidade do documento, conforme previsto no art. 6º, parágrafo único, da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, incluído pela Orientação Técnica nº 002/2017/GAB/SUPEL.

a) Para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 (Cadastrados no COMPRASNET)– Apresentar atestado compatível em características.

a.1) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a licitante forneceu material permanente, condizentes com os itens que apresentar proposta.

b) Para os itens 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 (Cadastrados no COMPRASNET)Apresentar atestado compatível em características e quantidades.

b.1) Entende-se por pertinente em quantidades o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma de atestados, demonstrem que a licitante forneceu quaisquer dos itens relacionados no subitem 3.3. do (Termo de Referência – ANEXO I), na quantidade correspondente a no mínimo 10% (dez por cento) do quantitativo previsto para cada item, ou do somatório destes, quando se tratar de proposta para mais de um item, considerando que estes guardam similaridade entre si (…)”

A Recorrida apresentou atestados de mobiliário (mesas, armários, arquivos e etc), em compatibilidade com o objeto ora licitado, bem como em quantitativo mínimo exigido, conforme comprovações constantes no documento SEI ID 0023769526, páginas 54 e 55.

Diante de todo exposto, este Pregoeiro entende, que só há a necessidade de revisão de atos realizados quando houver motivo cabal de nulidade ou convalidação, o que não houve no caso em tela, pois conforme demonstrado e justificado no mérito, os argumentos apresentados pela Recorrente

não trouxeram ensejos suficientemente razoáveis, não sendo os mesmos suficientes para motivar a reformulação do julgamento proferido na decisão exarada na ata da sessão do certame em epígrafe.

Assim sendo, restou demonstrado que o fim público foi atingido, tendo a Administração selecionado a melhor proposta, ficando claro o atendimento ao instrumento convocatório, aos Princípios da legalidade e da razoabilidade e que foi dada ampla transparência a todo o procedimento.

Quanto a manifestação trazida pela Recorrida em sua contra razão: *“Chamamos a atenção, que os sócios das empresas Delta e empresa Desk são os mesmos, e estão participando juntos, cotando a mesma marca e concorrendo com a Norte Office”*, informo que estaremos abrindo processo administrativo e encaminhando à Comissão Permanente de Apuração e Responsabilidade do Licitante – CPARL/ SUPEL, para análise e providências necessárias.

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, em cumprimento ao art. 17, inc. VII, do Decreto Estadual nº 21.182/2021, após análise dos recursos manifestos, recebidos e conhecidos, com base nas considerações aqui esposadas, à luz dos princípios que regem o processo licitatório, opino pela sua IMPROCEDÊNCIA, mantendo a Recorrida habilitada neste certame.

Importante destacar que esta decisão, não vincula a deliberação superior acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base no que foi carreado a este certame, fornecendo subsídios à autoridade administrativa superior, a quem cabe à análise e a conclusão.

Em cumprimento ao § 4º, do art. 109, da Lei de Licitações, submeto a presente decisão à análise do Superintendente Estadual de Compras e Licitações, para manutenção ou reformulação da mesma.

Porto Velho, 22 de julho de 2022.

RONALDO ALVES DOS SANTOS
Pregoeiro Substituto - Equipe Ômega/SUPEL
Mat: 200006353



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Alves dos Santos, Pregoeiro(a)**, em 25/07/2022, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0030643922** e o código CRC **74FFD2A2**.